

## **CONCURSO PÚBLICO Nº 7/2024**

(com publicidade internacional)

### **Aquisição de Equipamento Audiovisual (Videoprojectores e Monitores) e Computadores Portáteis, por lotes**

## **PROGRAMA DE CONCURSO**

### **SECÇÃO I** **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Tipo de procedimento**

- 1 -O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público com publicidade internacional, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 130.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP) - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.
- 2 - O anúncio do concurso é publicado no Jornal Oficial da União Europeia.

#### **Artigo 2.º**

##### **Objeto do concurso**

O presente concurso público tem por objeto a aquisição de:

Lote 1 – Equipamento Audiovisual

Lote 2 –Computadores Portáteis e Armários Carregadores

#### **Artigo 3.º**

##### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda., abreviadamente designada por Ensiprof, pessoa coletiva nº 504769642, proprietária de um estabelecimento de Ensino denominado “Escola Profissional Profitecla”, sita no Largo de Mompilher, 22, no Porto, com o telefone n.º 222063000 e endereço de correio eletrónico *contratacao publica@profitecla.pt*.

## **Artigo 4.º**

### **Decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da gerência datada de 20 de Dezembro de 2024 ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

## **Artigo 5.º**

### **Consulta e fornecimento das peças do concurso**

- 1 – O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos estão disponíveis, para consulta dos interessados nos serviços da entidade adjudicante entre as 9:00 horas e as 17:00 horas.
- 2 – O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos estão também disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov.
- 3 – O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar proposta. Para ter acesso à plataforma da Acingov, o interessado deverá efetuar o respetivo registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/>.

## **Artigo 6.º**

### **Comunicações/notificações**

Todas as comunicações/solicitações, no âmbito do presente procedimento, devem ser enviadas pelos concorrentes através da plataforma eletrónica de contratação Acingov acessível em <https://www.acingov.pt/>.

## **Artigo 7.º**

### **Esclarecimentos e retificações das peças do concurso**

- 1 - Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do programa de concurso e do caderno de encargos e respetivos anexos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação Acingov.
- 2 - Os esclarecimentos são prestados por escrito pelo júri do procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todas as entidades convidadas imediatamente notificadas desse facto.

3 - Os esclarecimentos, supracitados, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

4 - Os concorrentes devem ainda apresentar uma lista identificando, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões das peças do procedimento por si detetados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados.

### **Artigo 8.º**

#### **Júri**

Nos termos do artigo 67º, nº 4 do CCP, em caso de receção de uma só proposta, o júri fica dispensado das suas funções, sendo estas assumidas pelo Departamento de Sistemas de Informação.

### **SECÇÃO II**

#### **PROPOSTAS**

### **Artigo 9.º**

#### **Documentos da Proposta**

1. Ficam os concorrentes obrigados a apresentar os seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (**DEUCP**), que deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia (<https://ec.europa.eu/espd>), através do ficheiro xml junto às peças do procedimento.
- b) Declaração de proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo B**, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha os poderes para o obrigar;
- c) **Certidão do registo comercial** do concorrente ou **procuração** para aferição de poderes de representação.
- d) Para o Lote1 – Equipamento Audiovisual – proposta comercial onde se encontrem discriminados as características dos materiais que o concorrente se propõe fornecer
- e) Para o Lote 2 –Computadores Portáteis e Armários Carregadores - proposta comercial onde se encontrem discriminados as características dos materiais que o concorrente se propõe fornecer apresentando a seguinte informação:

- I. As especificações detalhadas dos equipamentos propostos disponibilizados pelo Fabricante;
  - II. Indicação de um único website para descarga de todos os drivers e respetivas atualizações ao longo do tempo de utilização do equipamento. O concorrente deverá indicar o respetivo endereço;
  - III. Um único website que permita consultar o estado da garantia do equipamento. O concorrente deverá indicar o respetivo endereço.
  - IV. Declaração do fabricante confirmando que a garantia é prestada pelo próprio, que todos os componentes integrantes do equipamento são suportados pela mesma e que o equipamento é em estado novo.
2. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

## **Artigo 10.º**

### **Modo de apresentação da proposta**

- 1 - A proposta, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentados exclusivamente de forma eletrónica na plataforma de contratação, acessível em <https://www.acingov.pt/>.
- 2 - A proposta e todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 3 - Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes do termo do prazo.
- 4 - Caso o envio completo da proposta não seja bem-sucedido, considera-se não ter existido qualquer apresentação de proposta.

## **Artigo 11.º**

### **Propostas em Relação às Partes, Divergentes ou Variantes**

1. Os concorrentes poderão apresentar proposta a um ou a vários lotes.
2. Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.
3. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **Artigo 12.º**

### **Prazo para a apresentação das propostas**

1. As propostas podem ser apresentadas exclusivamente de forma eletrónica **até às 23:59 horas do 30º dia**, nos termos do n.º 1 do art.º 136.º do CCP.
2. O prazo fixado no número anterior é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

## **Artigo 13.º**

### **Idioma da Proposta**

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto os documentos de certificações e especificações técnicas que podem ser redigidos em língua inglesa.

## **Artigo 14.º**

### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo para a obrigação de manutenção das propostas, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **Artigo 15.º**

### **Critério de Adjudicação**

1. A adjudicação será feita, por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator de avaliação de preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Em caso de empate, será considerado como fator de desempate o sorteio.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização.
4. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
5. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
6. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

## **Artigo 16.º**

### **Preço anormalmente baixo**

Nos termos do artigo 71º do CCP, não será fixado um preço ou custo anormalmente baixo.

## **SECÇÃO III**

### **LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS**

## **Artigo 17.º**

### **Publicitação da lista dos concorrentes**

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma de contratação pública.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista, reclamar desse facto, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

## **Artigo 18.º**

### **Consulta das propostas**

A consulta, diretamente na plataforma de contratação pública, acessível em <https://www.acingov.pt>, de todas as propostas apresentadas é feita mediante atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista referida no artigo anterior.

## **SECÇÃO IV**

### **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

## **Artigo 19.º**

### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do concurso pode solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise das propostas, através da plataforma de contratação.
2. Os esclarecimentos prestados são disponibilizados na plataforma de contratação referida no número anterior, sendo todos os concorrentes notificados imediatamente desse facto.

## **SECÇÃO V**

### **CAUÇÃO**

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Prestação de caução**

Não é exigível a prestação de caução no presente procedimento, conforme o disposto no artigo 88.º, nº 2, alínea a) do CCP.

## **SECÇÃO VI**

### **HABILITAÇÃO**

#### **Artigo 21.º**

##### **Apresentação dos documentos de habilitação**

1.O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- b) Certificados do registo criminal da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções destinados a comprovar que não se encontram em qualquer das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Documentos comprovativos, no que se refere às alíneas d) e e) do artigo 55.º do CCP, de que tem a sua situação regularizada relativamente a:
  - i. Contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - ii. Impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a



- celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
- e) Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário.
- f) Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a) e b) devem ser apresentados por todos os seus membros.
2. Quando os documentos referidos no número anterior se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário poderá, em substituição da apresentação da sua reprodução, autorizar a consulta da informação e indicar os dados necessários para a sua consulta.
3. O prazo para supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias a contar da respetiva notificação.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito, nos termos do artigo 81º, nº 8 do CCP.
5. Os documentos de habilitação devem estar redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

## **Artigo 22.º**

### **Falsidade de documentos e declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

## **SECÇÃO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **Artigo 23.º**

### **Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração da proposta e à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do concorrente.

## **Artigo 24.º**

### **Proteção de Dados**

1. A entidade adjudicante, enquanto Entidade responsável, será o responsável pelo tratamento dos dados pessoais.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanham e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, retificações, pronúncias e documentos de habilitação apresentados ao abrigo do presente procedimento serão tratados para os efeitos do presente procedimento de contratação pública, sendo considerados necessários para a execução de diligências pré-contratuais, para a execução de contrato e ainda para o cumprimento de obrigações legais.
3. A entidade adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere a presente cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada devem ser exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, esta entidade deve encontrar-se legitimada a transmiti-los à entidade adjudicante, nos termos do RGPD.
6. Os dados pessoais recolhidos serão conservados durante a pendência do procedimento de contratação pública e, após o seu término, durante o período necessário para o cumprimento das obrigações legais aplicáveis.
7. O titular dos dados tem, a todo o tempo, e dentro dos limites legais e regulamentares, o direito de solicitar à entidade adjudicante o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, a sua retificação ou o seu apagamento, a limitação do tratamento dos dados, a oposição ao tratamento, bem como a portabilidade dos dados, devendo fazê-lo através de comunicação para o endereço de e-mail [epd.rgpd@profitecla.pt](mailto:epd.rgpd@profitecla.pt).

## **Artigo 25.º**

### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do concurso e no caderno de encargos, aplica-se o regime estabelecido no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

## ANEXO B

### Modelo de Declaração

*(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)*

#### PROPOSTA de PREÇO GLOBAL

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado perfeito conhecimento do teor do Programa e do Caderno de Encargos do procedimento por Concurso Público 7/2024, propõe-se a executar o contrato pelo valor global de \_\_\_\_\_€ (por algarismos e por extenso), e que resulta de:

*(indicar o(s) lote(s) a que responde)*

- a) Lote 1 –Equipamento Audiovisual, pelo valor total de \_\_\_\_\_€ (por algarismos e por extenso).
- b) Lote 2– Computadores Portáteis e Armários Carregadores, pelo valor total de \_\_\_\_\_€ (por algarismos e por extenso).

Às quantias supra mencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor de \_\_\_\_%.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação em vigor.

[•] (local), [•] (data),

---

[•] [assinatura(s)]<sup>1</sup>

---

(1) Nos termos do artigo 57º/4 e 5 CCP

## ANEXO II

### Modelo de Declaração

*[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º - Documentos da Habilitação]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º